

NILSON LIGUORI SANT'ANNA

O Governo do Estado do Rio de Janeiro e seus educadores teóricos, que geralmente desconhecem a realidade da sala de aula, determinaram uma estrutura na educação. Não consultaram os mestres e quando raramente o fizeram, não seguiram as propostas esboçadas do magistério, na questão da avaliação e uma aplicação de métodos e programas. Um delírio completo ocorreu, sempre de cima para baixo, uma utopia generalizada, longe dos projetos e idéias de Anísio Teixeira e Paulo Freire para a educação de massa, que não se baseia na construção de prédios suntuosos sem dar assistência e dignos salários aos educadores.

Outrossim, como aplicar métodos de ensino exequíveis, em turmas superiores a 40 alunos? Como aplicar o construtivismo inerente à teoria de Piaget retirando de dentro dos educandos o conhecimento, numa sala heterogênea tão numerosa, sem pessoal de apoio, multimeios e motivação dos mestres, cujos proventos não cobrem uma moradia digna, muito menos despesas com saúde, educação, alimentação, roupas e lazer? Comprar livros para sua ilustração, nem pensar, com salários tão rasteiros. O salário mais elevado do magistério, o de professor 1D nível 9, com exigência de cursos de pós-graduação e em fim de carreira, é inferior ao do funcionário de uma estatal no mesmo estado, com poucos anos de exercício e apenas de nível médio.

A construção de 508 Cieps pelo Governo de um estado em processo de esvaziamento econômico atraiu mais retirantes de outros estados, agravando todos os demais problemas sociais do Rio de Janeiro. Atraídos por uma escola que forneceria três refeições, lazer, educação integral, banho e médico às crianças, milhares de famílias migraram de vários estados para o Grande Rio, aumentando o número de favelados. O resultado desse desvario, que poderia ter ocorrido com boas intenções e mau cálculo, está nos salários pagos freqüentemente com atraso e achataados, agravando a aflitiva situação de milhares de professores e de outros servidores.

Por outro lado, é preciso resta-

belecer a autoridade dos mestres em classe, extinguir a absurda aprovação automática que tira definitivamente a condição de competitividade do futuro cidadão, decorrente do nivelamento por baixo do ensino. Determinar aprovação automática ou promover um sistema de pressão sobre os mestres para justificar cada reprovação significa determinar que os educandos que estudam em escolas públicas tenham nela uma terminalidade definitiva. Nivelar por baixo é tirar os educandos da aspiração à universidade, é determinar-lhe o cerceamento do progresso e do futuro. A escola pública de boa qualidade é a esperança de ascensão social dos alunos pobres de classe baixa. Se nos países desenvolvidos a educação ainda é estruturada em métodos convencionais, por que esta volúpia dos educadores brasileiros em aplicar métodos dos teóricos estrangeiros, se seus sistemas não são exercidos nem em suas nações de origem?

Somente um grupo pluripartidário é suficientemente forte para reivindicar e conseguir

Outro problema que deve ser bem auscultado é o da participação da comunidade dentro da escola, que deve ser controlada pela administração da unidade escolar. Pais e associações de moradores devem auxiliar, mas não devem votar nas eleições das novas administrações. Isto suscitaria a participação político-partidária na instituição, o que determinaria o caos em sua administração.

O problema da regência é outro que deve ser bem estruturado. Incorporar a regência não é a aspiração da classe, que deseja bons salários com ou sem ela. O salário atual é ridículo. É inferior ao de 1979, o da primeira greve no Governo Chagas Freitas.

Os mestres necessitam de unidade e participação mais efetiva em seus

sindicatos de classe. É preciso que cada um, independentemente de cor partidária, participe ativamente da luta pela melhoria da educação e pelo resgate da dignidade do magistério.

Finalmente, acabar com a duplicidade de secretarias para a educação, uma incongruência. Uma secretaria para a escola convencional com menor assistência e outra para a escola moderna, com toda a assistência. É inconveniente para a educação um tratamento diferenciado para dois tipos de unidades escolares.

Quanto às reivindicações, melhor seria que os mestres se articulassem em grupos ideológicos diferentes: os professores ligados aos partidos conservadores comprometeriam os políticos das ideologias conservadoras e liberais. Os educadores militantes progressistas comprometeriam os políticos inerentes aos partidos de esquerda. O grande erro dos últimos 15 anos tem sido a luta sindical liderada por um ou dois partidos da esquerda. A classe do magistério é, na sua quase totalidade, apertidária. Nenhum partido, conservador, liberal, progressista ou de centro congrega mais de 15% dos mestres. Obviamente nenhuma liderança partidária isolada vai conseguir progresso nas reivindicações de uma classe notoriamente pluripartidária. É preciso que os líderes sindicais tenham grandeza para compreender que somente um grupo pluripartidário é suficientemente forte para reivindicar e conseguir.

Nós, mestres, massacrados, vilipendiados e sofridos durante sucessivos governos perdulários nas obras de fachada — metrô, Cieps, linhas vermelhas etc. — esperamos que a prioridade do Governo atual seja realmente a educação e a saúde. Desejamos que o Governo que assume as rédeas do estado venha com as melhores intenções em favor das sofridas classes dos profissionais da educação e da saúde, bem como o efetivo funcionamento dos hospitais e das instituições escolares. Para alcançar estes objetivos é preciso ouvir os educadores e os profissionais da saúde, aqueles que vivenciam os problemas das salas de aula e dos hospitais há muitos anos e conhecem bem os seus descaminhos.

Nilson Liguori Sant'Anna é vice-presidente regional da União dos Professores Públicos no Estado.